

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2009
(Do Sr. Fábio Souto)**

Requer que seja realizada audiência pública para discutir o Relatório de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, localizada nos municípios de Ilhéus, Buerarema, Una e São José da Vitória, no Estado da Bahia.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base nos arts. 24 e 255 do Regimento Interno desta Casa, que, ouvido o Plenário, seja realizada reunião de audiência pública, nesta Comissão, a fim de discutir o Relatório de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, localizada nos municípios de Ilhéus, Buerarema, Una e São José da Vitória, no Estado da Bahia, e os seus gravíssimos impactos socioeconômicos nesses municípios.

JUSTIFICAÇÃO

“A simples intenção da Funai de desapropriar cerca de 20 mil pessoas, entre pequenos agricultores, moradores e empresários, há mais de 80 anos estabelecidos na região, como um pólo já consolidado de desenvolvimento econômico, gerando cerca de 4 mil empregos diretos, bastou para criar um clima de conflito armado na população local.

A área em epígrafe contempla os municípios de Ilhéus (75%), Buerarema (15%), São José da Vitória e Una (10%).

Uma região, marcada pelo assentamento de mais de 2 mil famílias através do PRONAF, sofreria um impacto social desfavorável de dimensões catastróficas com a desapropriação.

Já há uma forte desvalorização imobiliária e queda acentuada no fluxo de turistas, que temem visitar ou investir em áreas de conflito social, ainda que estas inexistam.

Haverá redução substancial nas arrecadações estaduais e municipais, com forte impacto negativo na produção agrícola e de serviços, pois trata-se de desativação de um pólo de desenvolvimento econômico (agroindústria, hotelaria, ecoturismo etc).

Além dos conflitos, por vezes armados, gerados pelo relatório Funai, já há até conflitos internos entre indígenas, os quais estão se descadastrando, temendo prejuízos maiores. Todos, o povo, o governo e os indígenas, já estão bastante prejudicados pelo advento desse descuidado relatório, tanto política quanto economicamente.

A despeito da injustiça que porventura se tenha cometido com os povos indígenas, ao longo da história, há que se observar o estado democrático de direito, sob o qual a vida social se norteia.

Há hoje, no País, uma imensa demanda por serviços públicos. E, entre os que carecem desses serviços, sem dúvida, incluem-se os indígenas. Assim, entendemos que está havendo uma confusão entre uma grande demanda por serviços do Estado, com uma demanda por terras, com propriedades bem definidas.”(LHUS-PCPA).

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2009.

Deputado FÁBIO SOUTO